

Mudanças climáticas e seus impactos nas relações econômicas internacionais¹

37

THALES CASTRO

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

A questão complexa e multifacetada do meio ambiente atrelada à agenda diplomática multilateral é, relativamente, recente no dínamo das Relações Internacionais, tendo impactos profundos nos mais amplos domínios da vida humana. Surge a partir dos anos setenta, quando ocorre a primeira Conferência Mundial da ONU sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (ECO 72) em Estocolmo. De 1972 (Estocolmo) ao Rio-92, tendo seguimento pelas Conferências do Clima de Bali e de Copenhague, esta última em dezembro de 2009, a temática ambiental tem-se transformado de política de baixa intensidade e importância residual (*low politics*), assumindo contornos, atualmente, de política de alta intensidade e relevância estratégica (*high politics*). Neste contexto histórico de densas transformações, o meio ambiente tem forçado, de forma crescente, novos posicionamentos, gerando novos conceitos e posturas no campo das Relações Econômicas Internacionais.

Atualmente, a lógica econômico-produtiva globalizada com a industrialização de forte carga poluente e de alto conteúdo de carbono tinha no hiperconsumismo e na descartabilidade seus principais lastros, no entanto, surgem pressões para novas configurações teóricas e prático-operacionais para lidar

1 O presente artigo é de cunho pessoal e não deve ser interpretado como posição oficial da República de Malta ou da Sociedade Consular de Pernambuco (SCP).

com as pressões ambientais em curso. Boa parte de tais pressões acaba por desembocar em evidências científicas para a mudança climática, assumindo caráter de urgência e gravidade no cenário internacional.

Meio ambiente, agenda diplomática multilateral e Relações Econômicas Internacionais assumem, portanto, complexidade tal que seus eixos de diálogo se tornam somente possíveis a partir da ampliação de cada um de seus escopos analíticos e temáticos. Em outras palavras: é necessário redefinir e repensar maneiras de acompanhar a ampliação da defesa jurídica, política e diplomática dos emergentes paradigmas da economia verde com padrões antigos de elevado conteúdo de carbono da economia industrial – foco principal deste artigo.²

À guisa de considerações introdutórias é imprescindível, dessa forma, superar o maniqueísmo mascarado nas soluções fáceis bem como os fatalismos catastróficos dos discursos pessimistas sobre as mudanças climáticas hoje. É necessário encontrar novas utopias, é necessário resgatar novos humanismos, formatando equilíbrios dinâmicos que se voltem para a sustentação de um futuro harmonioso entre mercado globalizado, Estado, meio ambiente e sociedade civil organizada.

ECOPOLÍTICA, CAPITALISMO LIBERAL E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A tese – ou melhor – a escola ecopolítica toma forma, se fortalece e se transforma a partir da ECO 92 no Rio de Janeiro com seu conceito de desenvolvimento sustentável na esteira da “década das conferências”, como assim denominou o Embaixador José Augusto Lindgren Alves. A defesa de políticas públicas ecomalthusianas do momento anterior, produto de Estocolmo 1972, fora substituída pela visão do desenvolvimento sustentável e ecologicamente consciente. Vale ressaltar que a inflexão da ECO 92 teve escala no Relatório Brundtland de 1987, superando o velho dilema desenvolvimentista dos países do terceiro mundo (sic). De qualquer maneira, tal mudança no cenário internacional ocorreu durante a década das grandes conferências

2 Há muitas definições de “economia verde” em uma ampla matriz de correntes teóricas. Nosso aporte aqui sintetiza algumas dessas definições, entendendo que economia verde representa paradigma de mudança socioeconômica por meio de produção industrial com baixo conteúdo de carbono, gerando, assim, respeito ao meio ambiente e reduzindo o aquecimento global.

de cúpula, patrocinadas pela ONU, que houve a percepção indissociável do crescimento socioeconômico e politicamente sensível com direitos humanos a partir de valores de mudança de comportamento ecossistêmico ao longo da pós-bipolaridade.³

Ao possuir caráter interdisciplinar, a ecopolítica tem lastro na teoria política ambientalista e engloba vários ramos do saber e da técnica internacional.⁴ Através do ferramental da dialógica, esses saberes e suas técnicas têm importância democrática e legitimante com desdobramentos para os estudos, as pesquisas, as capacitações que são empreendidos por diversos atores internacionais diante dos novos ditames do desenvolvimento socioeconômico com respeito ao meio ambiente.⁵ O processo para atingi-lo exige participação de todas as esferas do governo e do Estado – entendendo que são distintos – das organizações não-governamentais, do próprio tecido social, de cientistas e de outros profissionais das diversas áreas. Para se considerar o desenvolvimento internacional, nacional e local como sustentável, reduzindo, assim, o impacto das mudanças climáticas, é imprescindível a verificação de posturas e impactos em diversos campos com suas externalidades, tanto para a comunidade em sentido amplo, quanto para o meio ambiente como objeto de preocupações de políticas públicas transnacionais e supranacionais.

A história recente da ecopolítica não pode ser dissociada das transformações históricas de longo prazo do capitalismo liberal. Ambos – ecopolítica e capitalismo liberal – não podem, portanto, ser apresentados e compreendidos em um vácuo. Com suas origens com Adam Smith na publicação, em 1776, da Riqueza das Nações, o momento de industrialização da Inglaterra demandava ideário teórico e de justificativa para os novos momentos de acúmulo do capital industrial com base no empreendedorismo. David Ricardo com sua teoria das vantagens competitivas reforçaria a formação do capitalismo sob a égide da especialização como motor do comércio entre as nações. Tais percepções seriam as principais fontes de justificativa de seus principais pontos: a acumulação, o empreendedorismo, o egoísmo, o fetichismo do consumo e ênfase mercadológica.

3 LINDGREN ALVES, José Augusto. *Relações Internacionais e Temas Sociais: a Década das Conferências*. Brasília, FUNAG/IBRI, 2001. p. 59-76.

4 PATTERSON, Mathew. Green Politics. In BURCHILL, Scott, et al. *Theories of International Relations*. 3ª. ed. Nova Iorque, Palgrave Macmillan, 2005. p. 235-257.

5 FORUM ECO-BUSINESS: *Environment and Sustainable Growth*. Bruxelas, Belgian-Luxembourg-Brazilian Chamber of Commerce, 1998. p. 9-24.

O capitalismo liberal com sua dinâmica schumpeteriana de redefinição representa importante força de estruturação do sistema internacional hoje e ao longo de seus vários séculos de maturação com impactos diretos no meio ambiente, no consumo humano e na lógica dos mercados interdependentes.⁶ Essa lenta maturação envolve um longo processo de revolucionarismo burguês-liberal de enfraquecimento (ou redefinição) do papel do Estado como ente central do sistema internacional, cujas trocas comerciais no período quinhentista das grandes navegações portuguesas vão, pela primeira vez, gerando o que se concebe hoje por “globalização” se for utilizada a tese do capitalismo histórico da economia-mundo de Wallerstein.⁷ Sua força política se traduz pela sua própria essência de amoldar a capacidade do Estado, por meio das escalas crescentes de retorno, promover a lógica do ganho financeiro e cada vez em mais amplas perspectivas geográficas. A desterritorialização – processo complexo resultante da atual fase do capitalismo financeiro – é prova da importância do apagamento das fronteiras nacionais, da geografia estatocêntrica com objetivo de maximização do lucro pecuniário, gerando, assim, o hiperconsumismo.⁸

De sua evolução hegeliana do indivíduo, da sociedade e, finalmente, culminando no Estado – cerne das Relações Internacionais e ator principal das temáticas relativas à regulação das mudanças climáticas – por meio da tese, antítese e síntese, tal premissa vai encontrar vozes dissonantes e críticas revisionistas nos primeiros momentos da pós-bipolaridade. No exato momento do pós-guerra fria, a política internacional teria atingido seu ápice com o “fim da história”, tendo repercussões diretas para as novas concepções sobre meio ambiente e mudança climática. Embora muitos críticos de Fukuyama apenas banalizem, de forma superficial, o teor literal dessa expressão criada por ele, é importante mostrar aspectos de relevância de seu pensamento. Em partes de sua obra, advoga que era necessário recuperar o idealismo filosófico de Hegel. Além disso, invoca marcos no pensamento político-filosófico como Platão além do próprio Hegel e Alexandre Kojève. Na percepção de Fukuyama, o

6 BEINSTEIN, Jorge. *Capitalismo senil: a grande crise do capitalismo global*. Rio de Janeiro, Record, 2001. p. 45-60.

7 Uma redefinição política dos conceitos usualmente interpretados de forma equivocada sobre o processo de globalização pode ser obtida na obra de grande vigor sobre as raízes históricas longínquas das trocas comerciais proto-globais nos séculos XVI e XVIII – motores das teses contemporâneas do globalismo.

8 BADIE, Bertrand. *La fin des territoires*. Paris, Fayard, 1995, p. 21-33.

thymos de Platão, representando a vivacidade, o crescimento, a força, o ímpeto, é a força motriz dos grandes feitos da humanidade. O diálogo que Fukuyama estabelece entre megalotimia e isotomia é um ponto central para se compreender a cena internacional. A história, portanto, é uma batalha entre a megalotimia e a isotimia, ou seja, é própria natureza dinâmica do diálogo timótico. Com o início do contexto pós-guerra fria, a história pôs fim à luta timótica, pois o espírito liberal-democrático seria a ferramenta para atingir a plenitude das aspirações humanas. Diante disso, seria possível repensar tais aspirações humanas quando o futuro comum das nações está em risco pelas mudanças climáticas? Eis que algumas dessas potenciais respostas vão culminar no imperativo da busca pelo *verde* nos mais diversos recortes decisórios internacionais.

NOVAS E VELHAS DEMANDAS DA POLÍTICA AMBIENTALISTA MUNDIAL: EM BUSCA DO VERDE

Assim, a ecopolítica com suas novas e velhas teses nem sempre é respaldada, em igual grau, com a nova geoeconomia limpa da economia verdade. Detecta-se que a ecopolítica tem tido retornos não tão esperados, no âmbito decisório institucional, por boa parte do ativismo militante verde por causa da falta de interesse real tanto dos Estados nacionais, quanto por parte das GCTs (Grandes Corporações Transnacionais) que entendem que a ecopolítica pode alterar suas lógicas de comércio e de maximização do lucro em escala global. Aí está, dessa forma, alojado o dilema urgente para o G-8, para os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e também para os países com menor exposição internacional: qual o ponto ótimo de retorno de propostas que venham, realmente, a modificar a realidade gritante de problemas ambientais internacionais? Como modificar uma cultura de consumo bastante difundida que está na encruzilhada das mazelas ambientais em uma sociedade de massa transnacional profundamente individualista? Tais respostas só poderiam ser, em parte, respondidas a partir da compreensão crítica das premissas defendidas pela ecopolítica que trataremos adiante.

As principais remissas da teoria política ambientalista, especificamente, voltadas para a política internacional, são as seguintes: redução do papel e da abrangência decisória do Estado nacional em razão de o Leviatã ser, ao mesmo tempo, indutor e receptor das falhas estruturais na gestão consciente do meio ambiente; rejeição do formato de sistema internacional centrado nos con-

ceitos westphalianos, sob o ponto de vista de tomada de decisão; promoção de políticas descentralizadas em prol da legitimidade democrática e decisória local, pois é no local onde boa parte das ações de conscientização ambiental tem força e proximidade com o tecido humano integrado.⁹ Pode-se, assim, afirmar que boa parte da teoria política verde se volta para o desenvolvimentismo de base local, reduzindo o poder decisório estatocêntrico com suas agências e relacionamentos com as GCTs que, muitas vezes, não imprimem total respeito aos padrões ambientais externos e domésticos.

Ao longo da primeira década de 2000, a outorga de alguns Prêmios Nobeis da Paz para entidades ou personalidades preocupadas com o meio ambiente indica a mudança expressiva da atenção coletiva internacional com tal agenda: em 2004, a Vice-Ministra do Meio Ambiente do Quênia, Wangari Maathai e, em 2007, o ex-vice-presidente norte-americano Al Gore e o IPCC (Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas) recebem o Prêmio Nobel da Paz. A ONU, ao ganhar o Nobel da Paz, juntamente, com seu Secretário-Geral à época, Kofi Annan, também centraliza suas articulações internacionais no entorno de questões de desenvolvimento com responsabilidade ambiental, em especial, seu PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente).

A primeira onda de industrialização, surgida na Inglaterra em meados do século XVIII, era baseada como *input* no mero extrativismo mercantil-colonial e que tinha, logo na segunda onda já no século XIX, o início do uso dos combustíveis fósseis como meio de alimentar a industrialização que se espalhava pela Europa e iniciava seu ingresso nos EUA. O eixo comum de ambas as ondas era maximizar a eficiência produtiva que, ao gerar a lucro empresarial, acabava por buscar formas de reduzir os salários e as proteções trabalhistas e sindicais. O processo linear de produção material e de gestão dos resíduos (subprodutos do hiperconsumismo) no esteio da industrialização de terceira fase agora globalizada iria trazer os futuros problemas ambientais, percebidos de forma mais gritante somente no último quartel do século XX. Ou seja, a linalidade material-produtiva, com base nos combustíveis fósseis (petróleo, gás e carvão) representa grandes desafios para a ecopolítica. Superar, no sentido hegeliano do termo, não é suficiente; é necessário redirecionar o fetiche de hiperconsumismo e de descartabilidade, que gera tragédias anunciadas como o aquecimento global, extinção de várias

9 ANDERSON, Peter. *The Global Politics of Power, Justice and Death: An introduction to international relations*. Nova Iorque, Routledge, 2005. p. 72-93.

espécies e refugiados ambientais. O surgimento de novas tecnologias limpas, a promoção de uma nova consciência ecológica global bem como a promoção de valores de mercado com a sustentabilidade tornam-se, portanto, essenciais e urgentes.

Em tom alarmante e, às vezes cético, Anderson conclama à mobilização internacional, ao enfatizar alguns pontos cruciais na análise sobre a temática, tendo como eixo a tricotomia aludida no início do artigo: meio ambiente – agenda diplomática multilateral – relações econômicas internacionais:¹⁰

There is a lack of universal agreement on the precise nature of the global environmental crisis. Some scientists doubt the accuracy of predictions concerning global warming and claim that fears in this regard have been greatly exaggerated. Some who do accept the more alarming forecasts argue that nuclear power is the safest energy resource because of the alleged negative climatic impact of fossil fuels, while others are horrified at the idea of bequeathing to an uncertain political and geological future large amounts of lethal nuclear waste, some of which will remain dangerous for 24 000 years.

Sintetizados foram os vetores de antinomia e da disparidade no campo da ecopolítica em relação com a nova geoeconomia, especialmente, com relação às crises de acesso aos recursos naturais e energéticos (vide tabela 1 em seguida) e às imigrações descontroladas do Sul para o Norte. Estão pautados nessa causa beligerante os desentendimentos entre os Estados quanto à imigração, acordos comerciais e revoluções de países subdesenvolvidos que podem atingir a ordem mundial, uma vez que nessas situações surgem alianças de poder, inflamando ainda mais as relações estatais. A escassez dos recursos naturais, a fome, miséria e a insatisfação social de países com grande número populacional são alguns dos fatores preocupantes dessa ordem econômica e ecológica assimétrica. Convém salientar alguns elementos das características da *casus belli* no vetor disparidade. Afirma-se que a escassez de minerais essenciais ao setor tecnológico, será futura causa de beligerância. A demanda agregada mundial por recursos naturais renováveis ou não-renováveis, como é o caso dos combustíveis fósseis, como o petróleo, *commodity* responsável pelas crises energéticas de 1973 e de 1979, por ocasião da Revolução Islâmica Iraniana, provoca um choque entre o consumo excessivo, gerando,

10 ANDERSON, Peter. *The Global Politics of Power, Justice and Death: An introduction to international relations*. Op. cit. p. 72-93.

dessa maneira, uma relação de certa tensão entre os países desenvolvidos e pós-industriais do Norte e os países em desenvolvimento do Sul.

O lençol freático localizado na dorsal da bacia platina no Cone Sul chamado de Aquífero Guarani, entre Brasil, Argentina, Paraguai e parte do Uruguai, provavelmente poderá representar trunfo geoestratégico e geoeconômico, caso haja escassez de água potável nos outros continentes em um futuro que se avizinha rapidamente. Nos próximos anos apostam que o meio ambiente será o fio condutor da política e desentendimentos globais, como indicam os estudos recentes do UNEP (*United Nations Environment Program*), o Programa na ONU para o Meio Ambiente.

A exaustão da atual matriz energética baseada nos combustíveis fósseis (petróleo, gás natural e carvão) extremamente poluente (elevado conteúdo de carbono e portanto de propensão ao aquecimento global) já encontra sinais de lenta substituição por alternativas limpas que sejam ecologicamente conscientes. Essas novas alternativas modificariam a política internacional e as áreas estratégicas no Oriente Médio e na Ásia Central.¹¹ Tais alternativas passam pelo uso racional e planejado da água, do oxigênio, da biomassa (álcool) e mesmo do hidrogênio como nova matriz energética mundial, elevando, assim, as potencialidades de guerras.¹² De uma forma menos imediata, mas não menos instável, as grandes reservas ambientais, como a Amazônia sul-americana, ou mais, especificamente, a Amazônia Legal brasileira, poderão constituir focos de crescentes tensões, gerando, por seu turno, crises e beligerâncias. A escassez e falta de água potável (déficit hídrico crônico), a escassez de alimentos em países da África, Ásia e América Latina, podem aguçar o instinto agressivo dos Estados diretamente envolvidos, sendo possível correlacionar aquecimento global com crises de segurança política internacional.¹³

-
- 11 BARBOSA, Afonso. Fronteiras molhadas e o poder naval: fonte de integração ou de disputa? In MESSIAS, Arminda; COSTA, Marcos Roberto, org. *Água, fonte de vida: série Encontro das Águas*. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2005.
 - 12 Sediado na capital queniana, Nairóbi, o UNEP (*United Nations Environmental Program*) vai ser importante ferramenta política multilateral para reforço do “Espírito do Rio” – assim denominado o conjunto de acordos internacionais produtos da Conferência da ONU para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92 de conscientização coletiva por um meio ambiente preservado, respeitando as aspirações justas por desenvolvimento dos países do Sul.
 - 13 CASTRO, Thales. *Elementos de Política Internacional: redefinições e perspectivas*. Curitiba: Juruá, 2005. p. 158-159.

IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A REDEFINIÇÃO DE BENS LIVRES: TENDÊNCIAS E ANÁLISES

45

Uma das mais expressivas contribuições da ecopolítica atrelada à nova geoeconomia verde é a mudança sistêmica no conceito de *bens livres* no contexto da tricotomia meio ambiente – agenda diplomática multilateral – relações econômicas internacionais. Originário da teoria liberal no âmbito das ciências econômicas, um bem livre, diferentemente de um bem econômico, é aquele cujo acesso e usufruto não são atrelados ou condicionados a uma troca pecuniária; são, portanto, gratuitos e amplamente disponíveis.¹⁴ Pode-se, ademais, incluir aqui o pano de fundo de tais discussões o entorno dos chamados *bens públicos* nas Relações Internacionais. Ora, um bem público internacional (material ou imaterial) não gera, da mesma maneira, automática e imediatamente, custos imediatos para os cidadãos que o usufrui, pois os Estados estão envolvidos nos custos operacionais de manutenção e fornecimento amplo dos mesmos.

Após o Protocolo de Quioto (1997), o conceito original de patrimônio ambiental, como o ar puro como bem livre, passou, por força do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) com as trocas pecuniárias de carbono para o desenvolvimento sustentável, a ser considerado um bem econômico. Ou seja, trocas financeiras fazem parte agora do conceito de ar puro mundial, gerando uma revolução para os bens públicos de maneira mais ampla nas Relações Econômicas Internacionais. O fato concreto é que tanto os bens livres quanto os bens públicos na esfera internacional estão mudando de maneira rápida.

Como tem sido essa rápida mudança mundial? Qual o impacto das mesmas na ecopolítica e na geoeconomia verde? Como proceder com tamanhos desafios diante de novas concepções sobre bens originalmente livres para bens econômicos ambientais de âmbito público nas Relações Econômicas Internacionais?

Em primeiro lugar, uma nova ordem produtiva e de consumo de baixo carbono tem pressionado as indústrias para novas concepções mais ecologicamente conscientes. Em um momento inicial de implantação, tais tecnologias entrariam no mercado com elevados custos operacionais, porém, com o passar do tempo e a popularização de tais medidas mais conscientes e cidadãs, tendem a serem incorporadas aos processos produtivos de maneira mais competitiva e

14 JORGE, Fauzi; MOREIRA, José. *Economia: notas introdutórias*. São Paulo: Atlas, 1995. p. 23-24.

eficiente, tendo em vista o ciclo de vida útil do produto e o empreendedorismo verde. Tomemos, como exemplo ilustrativo, uma radiografia de cunho macroeconômico global: o PIB agregado mundial pela paridade do poder de compra (PPC) é na ordem de, aproximadamente, 75 trilhões de dólares (2011), de acordo com a CIA *World Factbook*. Esse recorte macroeconômico global está assim estruturado: 5,8% no setor agropecuário (primário); 30,8% no setor industrial (setor secundário) e 63,4% no setor de serviços. A população economicamente ativa do mundo hoje está em 3,232 bilhões de habitantes, sendo assim a estruturação por setor: 37,3% no setor primário; 21,7% no setor secundário industrial e 41% nos serviços. Com as mudanças climáticas em curso, o setor primário deverá encolher sua participação relativa. Tal perspectiva poderá, igualmente, gerar mudanças na composição do PIB por setor além de desequilíbrios nos três círculos concêntricos da segurança internacional: segurança energética, segurança alimentar e segurança ecológica.

Em segundo lugar, as várias esferas (Estado, mercado, sociedade civil) têm promovido campanhas diversas com resultados esperados ainda no médio / longo prazo para reduzir os impactos do aquecimento global com sua consequente elevação do nível dos mares. Tais campanhas não podem estar adstritas somente ao meio acadêmico, mas devem, outrossim, se espraiar para os vários domínios da vida, envolvendo os setores produtivos e econômico-comerciais. Uma nova e mais eficaz forma de interlocução e de diálogo frutífero deverá tomar forma nos grandes foros multilaterais com vista a concretizar tais mudanças atualmente detectadas. O Princípio 15 da Declaração do Rio (1992) bem defende esse ponto e ressalta posturas importantes de ação conjunta.

Em terceiro lugar, novos arranjos institucionais e político-jurídicos serão necessários para uma mais rápida e eficaz incorporação, no âmbito dos Estados Nacionais, de padrões internacionalmente consagrados de preservação ambiental e redução do aquecimento global. O argumento da soberania (*summa potestas*) está, cada vez mais, em declínio, fortalecendo, assim, a sanção moral contra o país que não ratifica ou incorpora domesticamente importantes instrumentos para frear o aquecimento global. Tais percepções têm gerado mudança na perspectiva de entender que poluição ambiental ou aquecimento global não possui fronteiras nacionais. A elevação dos níveis dos mares não está residualmente atrelada à lógica westphaliana dos Estados Nacionais, demandando, assim, uma visão transnacional para minorar tais problemas estruturais.

Em quarto lugar, a persistência e mesmo a ampliação das assimetrias, resultantes do processo de globalização, deverão também aprofundar, ainda

mais, as desigualdades em termos de produção e consumo mundial, bem como levarão, ao extremo, as disparidades entre preservação e destruição dos biomas e dos recursos hídricos, gerando, em síntese, o que poderíamos chamar de “violências ambientais”. A tabela abaixo representa as pressões resultantes de um padrão amplamente adotado e praticado da economia de carbono (combustíveis fósseis) no campo econômico-comercial estratégico a partir do consumo (em barris de petróleo ao dia) dos países, cujas pressões na mudança climáticas são autoevidentes.¹⁵ Há correlação direta entre consumo de petróleo em bpd com a estatura e robustez das grandes economias do mundo (G-8 / BRICS). As populações dos maiores consumidores de petróleo, como revela a tabela 1, tendem a manter um padrão de consumo energético *per capita*, gerando, assim, maior dependência da geoeconomia do petróleo e gás e impossibilitando bruscas mudanças para o paradigma da economia verde.

Tabela 1. Consumo diário em barris de petróleo por dia (bpd) e população em 2011 de países selecionados: correlações e impactos

País	Consumo diário (dpd)	População (2011)
EUA	18.690.000	313.000.000
RPC (China)	13.630.000	1.336.000.000
Japão	4.363.000	126.475.000
Índia	2.980.000	1.189.000.000
Rússia	2.740.000	138.700.000
Brasil	2.460.000	192.000.000
Alemanha	2.437.000	82.000.000
Arábia Saudita	2.430.000	28.000.000
Coreia do Sul	2.185.000	49.700.000
Canadá	2.151.000	34.000.000

Fonte: CIA *World Factbook* (2011) e *Indexmundi*, com adaptações do autor.

15 Dados recentes da CIA *World Factbook* confirmam o seguinte cenário, correlacionando a espiral da produção e consumo mundial de petróleo com a elevação das temperaturas mundiais por meio de aplicação de séries temporais do IPCC (Painel Internacional de Mudanças Climáticas). Vide a listagem da CIA World Factbook, com ano-base de 2010-2011, da geoeconomia dos combustíveis fósseis: Petróleo – produção: (*continua*)

Em quinto lugar, por fim, os Estados-Partes da Convenção do Clima deverão compreender que o imobilismo e a inação de Copenhague acabaram por gerar uma síndrome que somente reforça a apatia das mudanças climáticas como externalidades coletivas.

Diante das cinco grandes mudanças em curso apontadas, há uma grande dificuldade em harmonizar os três grandes segmentos da segurança – bem imaterial de relevância estratégica nas Relações Econômicas Internacionais: a segurança energética, a segurança alimentar e a segurança ecológica. Ora, manter esse equilíbrio vai requerer muito jogo político-diplomático, no plano transnacional, e muita articulação e conscientização coletiva no plano interno dos Estados. A sociedade civil na medida em que demanda por mais acesso aos bens de consumo duráveis e não-duráveis inevitavelmente tende a favorecer a um desequilíbrio nestas três seguranças, pois a produção e comercialização destes bens duráveis e não-duráveis ainda se estrutura na economia dos combustíveis fósseis, retroalimentando as mudanças climáticas.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

É imperativo repensar e rerepresentar possibilidades e ações factíveis no horizonte da ecopolítica no campo da eficiência energética, das economias verdes e da sustentabilidade. O direito inalienável ao desenvolvimento dos países do Sul deve possuir limites no critério da razoabilidade, da consciência ecológica coletiva e do equilíbrio. A temática do meio ambiente em direta correlação com a agenda diplomática multilateral e com o mercado globalizado tem gerado importante avanço no que tange às mudanças de padrão de comportamento ecologicamente consciente coletivo. Uma necessidade de radical mudança socioeconômica e ecológica global faz-se mais que necessária na atual conjuntura de tantas assimetrias.

Precisamos mudar em nós mesmos e forçar cada macrotransformação ambiental que se deseja ver como reflexo nos Estados, nos organismos internacionais e nas demais tipologias dos atores das Relações Internacionais. Este-

(continuação) 84,24 milhões de barris / dia (2010); Petróleo – consumo: 83,62 milhões de barris / dia (2010); Petróleo – exportações mundiais: 61,37 milhões de barris / dia (2010); Petróleo – importações mundiais: 63,77 milhões de barris / dia (2010); Petróleo – reservas provadas: 1.378.000 milhões de barris (01 de janeiro de 2010). Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2173rank.html?countryName=Brazil&countryCode=br®ionCode=soa&rank=9#br> Acesso em 25 de setembro de 2011.

jamos, pois, com os corações e as mentes abertos à “eterna novidade do mundo” como dizia Fernando Pessoa. Caso contrário, estaremos dando margem a toda a sorte de futilidades alienantes que, muitas vezes, mascaram opressões e exclusões. A mutante “novidade do mundo” diz respeito à natureza estrutural da política internacional pós-moderna com sua dinamicidade e sua surpreendente capacidade de relativizar os paradigmas rígidos e absolutizar o etéreo em uma síntese, gerando uma necessária fórmula de fundar os círculos concêntricos com base na segurança internacional integral (segurança ecológica, segurança alimentar e segurança energética).

Buscamos e precisamos cada vez mais de um neoiluminismo. Esperamos que cada um tenha sentido a oportunidade de crescer e de transformar sua microrrealidade, pois assim a macrossistemia das Relações Internacionais pode ser melhorada e aprimorada, especialmente, no campo das mudanças climáticas. Cada um dos atores individuais possui força singular de mudanças sociais, políticas, culturais, econômico-comerciais e jurídicas nas mais amplas esferas. Cada um dos atores individuais faz parte deste neoiluminismo e contribui, ativamente, para o fortalecimento do tecido da *civitas maxima*. Resta saber e enfatizar que é possível empoderar-se, é possível aglutinar capacidade de alteração das lógicas (antilógicas) do hiperconsumismo perdulário e da descartabilidade. A *civitas maxima* com sustentabilidade ecológica precisa estar em nós, tanto quanto precisamos estar nela.

Thales Castro · Bacharel e Mestre em Relações Internacionais pela Indiana University of Pennsylvania. Doutor em Ciência Política pela UFPE. Assessor de Relações Internacionais da Universidade Católica de Pernambuco. Coordenador do Curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas. Cônsul A.H. da República de Malta em Recife. Presidente da Sociedade Consular de Pernambuco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Peter. *The Global Politics of Power, Justice and Death: An introduction to international relations*. Nova Iorque: Routledge, 2005.
- BADIE, Bertrand. *La fin des territoires*. Paris: Fayard, 1995.
- BEINSTEIN, Jorge. *Capitalismo senil: a grande crise do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- CASTRO, Thales. *Elementos de Política Internacional: redefinições e perspectivas*. Curitiba: Juruá, 2005.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: *NOSSO FUTURO COMUM*. 2ª. ed. São Paulo: FGV, 1991.
- DERANI, Cristiane. *Direito Ambiental Econômico*. São Paulo: Max Limonad, 1997.
- FORUM ECO-BUSINESS: *Environment and Sustainable Growth*. Bruxelas: Belgian-Luxembourg-Brazilian Chamber of Commerce, 1998.
- JORGE, Fauzi; MOREIRA, José. *Economia: notas introdutórias*. São Paulo: Atlas, 1995.
- LACHER, Hannes. *Beyond globalization: Capitalism, territoriality, and the international relations of modernity*. Nova Iorque: Routledge, 2006.
- LEITE, José Rubens. *Direito Ambiental na Sociedade de Risco*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- LINDGREN ALVES, José Augusto. *Relações Internacionais e Temas Sociais: a Década das Conferências*. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.
- MESSIAS, Arminda; COSTA, Marcos Roberto, org. *Água, fonte de vida: série Encontro das Águas*. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2005.
- NEUMANN, Iver; WAEVER, Ole, orgs. *The Future of International Relations*. Londres: Routledge, 1997.
- NYE, Joseph Jr. *Conflicts after the Cold War. The Washington Quarterly*. Washington, vol 19, p. 7-21, 1996.
- OHMAE, Kenichi. *The End of the Nation-State: the rise of regional economies*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 1995
- PATTERSON, Mathew. Green Politics. In: BURCHILL, Scott, et al. *Theories of International Relations*. 3ª. ed. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2005.
- PEREIRA, Carlos Patrício. *Geopolítica e o futuro do Brasil: Amazônia ocidental e pantanal e comunidade sul-americana*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2007.
- SAUL, Cohen. *Geopolitics: the geography of international relations*. 2ª. ed. Lanham, Rowman & Littlefield Publishers, 2008.
- STILLES, Kendall. *Case histories in international politics*. Nova Iorque: Harper Collins, 1995.
- STRANGE, Susan. *States and Markets*. Londres: Pinter, 1988.